

Escola e Família - uma relação a precisar de um 'clique'

A relação entre família e escola nos países da OCDE está a mudar o seu rumo. Ambas se encontram intimamente envolvidas na educação das crianças, mas os aspectos pelos quais são responsáveis e o modo como essa responsabilidade é delineada, varia com os tempos e as culturas, de acordo com o cenário económico e político. Três factores combinam-se para tornar mais amplamente reconhecidos os papéis da família, a escola e a comunidade na educação. A educação formal está a tornar-se mais importante do que nunca; os seus métodos são mais diversificados e os seus propósitos mais complexos; e a ideia de que, no futuro, a maior parte das pessoas terá de aprender continuamente ao longo da vida é cada vez mais reconhecida. O envolvimento dos pais na educação dos filhos está agora associada à maior apreensão de conhecimentos. Essa percepção complementa outras tendências: um movimento geral direccionado para a descentralização e autonomia local, com muitos governos a quererem, actualmente, 'tornar as escolas públicas mais em conta para os seus clientes', e mais pais a exercerem pressão sobre os políticos para uma maior variedade de escolha no ensino. Em muito países os pais vêm o seu envolvimento na escola como um direito democrático; em alguns, como a França, a Alemanha e a Dinamarca, é mesmo uma norma existente há décadas. E o conceito de contabilidade aplicado às escolas - tornando mais pública as questões financeiras e os sucessos e falhanços das escolas individualmente consideradas - foi acolhida com mais ou menos entusiasmo no Reino Unido, Canadá e Estados Unidos. O objectivo desta viragem política é fazer com que a escola dê uma resposta mais cabal às exigências e desejos dos pais e dos contribuintes. Os governos têm uma série de motivos para encorajar a participação dos pais. Há efeitos de eficiência. Na perspectiva da escolha do consumidor, os pais, enquanto consumidores, deveriam poder escolher a escola e a forma como funcionam. Assume-se, por isso, que se os pais pensarem enquanto consumidores terão uma ideia mais concreta sobre o que pretendem e serão mais críticos quanto ao que lhes é oferecido - levando as escolas a responder mais eficientemente às suas pretensões. Os governos sabem também que o envolvimento dos pais pode constituir como que uma alavanca para elevar parâmetros. Estudos de grande escala levados a cabo na Austrália, Reino Unido e Estados Unidos mostram que as escolas onde os alunos são bem sucedidos (tanto em termos de sucesso académico como de atitudes positivas face à aprendizagem) são caracterizadas por boas relações casa-escola. Este envolvimento pode igualmente atenuar desvantagens e melhorar a equidade, sabendo-se que a prestação de uma criança pode ser melhorada mostrando aos pais como apoiá-la mais eficazmente em casa - uma consideração particularmente importante quando existem diferenças culturais entre os valores do sistema educativo e os da família. Em países como o Canadá, Inglaterra, País de Gales, França e Estados Unidos, os decisores políticos estão a procurar soluções ou ajuda das escolas para questões como o abuso de drogas e álcool no meio juvenil, promiscuidade sexual e gravidez de adolescentes, abuso de menores, violência e bandos juvenis. Existem igualmente considerações de ordem financeira. Não só os pais poderão ajudar a captar fundos extra para a escola, como poderão ser um meio económico de mobilizar recursos, auxiliando em visitas escolares, ajudando em actividades desportivas ou assistindo os professores na sala.

Iniciativas de associação

A extensão da participação dos pais varia consideravelmente de país para país, com os governos a encorajá-la em diferentes graus de acordo com os níveis de ensino. Apesar de encorajar a participação dos encarregados de educação na elaboração de políticas e na administração, seja a nível nacional ou local, a legislação não é, claro, ilimitada na concessão de poderes. Mas pode dar aos pais o direito legal de formar associações de pais, oferecer aos pais uma escolha mais alargada de escolas (apesar da liberdade de escolha nunca ser totalmente possível atendendo às condições económicas apresentadas por algumas escolas do sistema) e dar o direito a requerer às autoridades locais e às escolas a comunicação de certo tipo de informações. Em Inglaterra e no País de Gales, por exemplo, as escolas devem fornecer aos pais informações detalhadas acerca do programa curricular, da 'performance' académica da escola em relação à média nacional e a outras escolas da área, bem como informação sobre a prestação dos alunos relativamente a parâmetros nacionais. Dinamarca, França, Alemanha, Irlanda e Espanha são países onde os pais têm assento em importantes comissões decisórias, que a nível estatal quer nacional. No Canadá, algumas províncias instauraram recentemente comissões de consulta a pais, tendo alguns estados dos EUA, paralelamente, decidido incluir os pais em comissões de consulta locais. Em Inglaterra, País de Gales e Japão, pelo contrário, os pais não estão representados em qualquer tipo de organismos. A participação dos pais na escola pode ser exercida de variadas formas. Estudos recentes sobre indicadores educativos da OCDE determinaram a extensão da participação dos pais em processos de tomada de decisão a nível do ensino básico. Nos doze países cobertos pelo estudo, pensa-se que 57 por cento dos alunos do ensino básico estão inseridos em escolas nas quais os pais participam em decisões financeiras ou de organização. Menos de um em quatro alunos frequenta uma escola em que os pais têm influência na escolha do pessoal. A afirmação activa dos pais nas decisões escolares varia de acordo com a capacidade de autonomia concedido por cada país. No Japão, Alemanha

e França, por exemplo, as escolas não têm órgãos de gestão; Na Alemanha, porém, os conselhos escolares - onde os pais se encontram representados - pode, por vezes, influenciar a escolha de um director. Na Dinamarca, Espanha e Irlanda as escolas são vistas como unidades mais autónomas e os quadros escolares, em que os pais têm assento, tem uma real influência na tomada de decisões. O processo estará mais adiantado em Inglaterra e no País de Gales, onde os órgãos de gestão (onde se incluem os pais) das escolas tomam todas as decisões importantes fora do contexto curricular. Na Dinamarca, França, Alemanha e Espanha os conselhos escolares são uma forma comum de participação, mas fora destes países eles são meramente conhecidos. A estrutura habitual é simples: todos os pais de uma determinada turma reúnem-se em conjunto com os professores. Na Dinamarca, onde os professores acompanham frequentemente a mesma turma ao longo de toda a 'Folkeskole', pais e professores podem conhecer-se melhor e os pais têm muitas vezes uma voz importante nos aspectos da vida escolar. Grande parte dos governos empenham-se igualmente a encorajar relações mais estreitas entre as escolas e as comunidades locais, tendo posto em marcha um sem número de projectos-piloto e redes locais. Mas na maioria dos casos, a política não passou das palavras e os esforços levados a cabo tendem a representar experiências que raramente são concretizadas no sistema educativo. Apesar disso, as escolas podem oferecer meios para reforçar o espírito comunitário - pondo à disposição, por exemplo, instalações para práticas desportivas, encontros, educação de adultos e outras formas de desenvolvimento pessoal e social, especialmente em áreas rurais. Acordos de parceria entre escolas e empregadores locais podem igualmente constituir uma importante fonte de sinergias, recursos e boa vontade. Um recente inquérito sobre serviços integrados para crianças em risco de insucesso escolar (estimadas entre 15 e 30 por cento), revelou numerosos exemplos de sucessos de cooperação entre escolas e serviços locais. São disso exemplo as ZEP (Zonas Prioritárias de Educação), em França, a política dinamarquesa de nomear uma 'Folkeskol', em cada dez, como centro cultural comunitário, bem como o Esquema de Ligação Casa-Escola-Comunidade irlandês. À parte do Canadá e dos Estados Unidos, cada país deste estudo possui um programa curricular nacional que define o que deve ser ensinado nas escolas - esta rigidez, no entanto, pode variar consideravelmente. Na Dinamarca, Irlanda e Espanha os pais estão representados em comissões de programas curriculares que estabelecem ou revêem os currículos; na Alemanha, cada estado federal tem um conselho de pais que exerce influência junto do Ministério da Cultura em determinadas questões. Em outros países, como a Inglaterra, País de Gales e Japão os pais não têm poder de opinião nos conteúdos ou estrutura curriculares nacionais.. No Canadá e nos Estados Unidos, os currículos são estabelecidos por governos estaduais ou provinciais, habitualmente sem nenhuma influência por parte dos pais. Muitas províncias canadianas, porém, estão a reestruturar as suas políticas institucionais e algumas criaram comissões de consulta junto dos pais nessas matérias.

Iniciativas Individuais

Em contraste com esta diversidade de iniciativas de actuação conjunta, a iniciativa individual dos pais está mais divulgada, tem um impacto mais directo na instrução e dirige-se, habitualmente, a três actividades em particular. A primeira é a participação directa na sala de aula - normalmente como ajuda não especializada ou na assistência a professores -, que muitas vezes levanta polémica. Nem todos os professores aceitam bem esta ideia e muitos pais desconhecem esse papel. Uma série de iniciativas (como por exemplo no Canadá, Inglaterra, País de Gales, Irlanda e Estados Unidos) demonstraram que tanto professores como alunos podem beneficiar desta cooperação, em especial quando as crianças são mais novas. A educação básica em França, na Alemanha e no Japão, pelo contrário, revela-se muito eficiente sem qualquer interferência dos pais. Nestes três países existe um forte consenso quanto aos objectivos e aos processos educacionais. Os pais, não se mostram menos interessados na educação dos filhos, apesar de existir uma demarcação clara e definida entre o que acontece na sala de aula e é visto como responsabilidade do professor, e as responsabilidades atribuídas à casa e aos pais. A importância dos pais auxiliarem os filhos em casa é indiscutível. Os últimos números recolhidos pelos indicadores educativos da OCDE sugerem que cerca de três quartos dos alunos do ensino básico (nos doze países analisados) frequentam escolas que envolvem os pais no apoio activo à aprendizagem dos filhos em casa. Por exemplo, pedindo às crianças para ler aos pais determinadas passagens de um livro todas as noites, aos pais que certifiquem no caderno de apontamentos o cumprimento de uma determinada tarefa, encorajando os pais a levarem os filhos à biblioteca e ensinar-lhes como encontrar informação para projectos escolares, realizando 'Workshops', que poderão ter lugar ao final da tarde, para explicar aos pais de que forma podem ajudar os filhos a desenvolver a sua aptidão em determinadas matérias. As escolas podem também oferecer variadas formas de apoio 'psicológico e social'. Querer ajudar os filhos a melhorar o seu desempenho pode encorajar os pais a frequentar aulas (na escola ou em qualquer outro local) que cubram aspectos do currículo, da paternidade, de actividades ligadas à leitura, etc... -, daí resultando um melhorado e efectivo relacionamento com a escola, que se poderá mesmo estender a uma influência mais directa na estrutura curricular (A Associação Europeia de Pais, por exemplo, atribuiu o seu prémio de mérito a um professor dinamarquês, por este ter delineado o programa curricular da turma em estreita cooperação com os pais dos alunos). Especialmente em áreas sócio- economicamente desfavorecidas, tais iniciativas de formação poderão contribuir para o aumento da confiança e da competência de jovens pais, encorajando-os a participar mais activamente. Cinco mensagens centrais emergem desta vontade dos governos em maximizar os benefícios do envolvimento dos pais nas escolas. A primeira é a divulgação de exemplos de práticas bem sucedidas. Nos países que onde se incrementou a participação dos pais existe um variado leque de projectos com sucesso ou experiências que ofereceram exemplos concretos do que pode funcionar. Segundo, as estratégias bem sucedidas devem ser reaplicáveis de modo a permitir aos pais, alunos e professores de outros locais beneficiarem com elas, em vez de simplesmente 're-inventarem a roda'. A terceira porque uma entreeajuda genuína conduz a um respeito mútuo. Muito do sucesso do envolvimento dos pais na escola advém do facto de professores e encarregados de educação terem de se relacionar mutuamente, lidarem com diferenças de opinião e entenderem o papel de cada um. Em quarto

lugar, por um enquadramento legal claro que definiria direitos e responsabilidades, complementando-os com práticas de conjunto. Finalmente, e para fazer o melhor uso possível das energias e recursos dos pais, o seu quadro de tarefas educacionais deve ser bem identificado. A consulta junto de um painel abrangente de grupos comunitários e de serviços locais ajudaria os decisores políticos a conjugar diferentes pontos de vista e experiências.

Fonte: OECD Observer/ UNESCO.html">UNESCO.html">UNESCO